

“Causa foi a escassez de recursos”

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O chefe do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas, Paulo Nogueira Batista Júnior, disse ontem que a principal responsabilidade pelas distorções que surgiram no processo de renegociação da dívida externa — entre elas a cobrança de comissões pelos bancos credores para facilitar o reemprestimo de recursos (*relending*) — cabe às autoridades econômicas que no governo passado “desenvolveram uma política de renegociação onde o setor público ficou sem alternativas, a não ser a de pagar as comissões para garantir os recursos”.

CUNHA BUENO

Hoje, dia de seu aniversário, os nossos cumprimentos e a certeza de que sempre estaremos juntos. Eduardo, Pedro, Esther.

Para Nogueira Batista, essa política simplesmente “colocou o setor público nas mãos dos bancos estrangeiros”. *Relending* tornou-se a única opção para a tomada de recursos externos, num momento em que secavam todas as demais fontes possíveis de crédito bancário internacional.

Segundo o técnico da FGV, este é um dos aspectos mais importantes de todo o processo que levou ao pagamento de comissões ilegais aos bancos credores por parte de diversas empresas e entidades de setor público. “É preciso fazer a crítica da política macroeconômica que levou a essa situação. Ficar procurando culpados entre as que pagaram essas comissões é secundário. Esta prática era muito disseminada em todo o País”, disse Paulo Nogueira.

Ele acentuou que as providências adotadas pelas atuais autoridades econômicas fazem com que essa prática seja coisa do passado.

“Foi uma das coisas que mais deram trabalho: conseguir elaborar

medidas capazes de eliminar a necessidade dessas práticas”, afirmou, recordando sua participação na elaboração dessas medidas quando assessor da Secretaria de Planejamento. Assim, foram impostas restrições ao *relenging*: desde outubro, ele foi totalmente suspenso para o setor público e só poderá voltar a ser acionado quando for assinado o acordo referente a 85/86 com os bancos estrangeiros. Mesmo assim, ele não servirá mais ao financiamento de obras novas, mas apenas a rolagem dos serviços das dívidas já existentes — eliminando até a presença de empreiteiras e fornecedores do circuito, por onde poderiam ser “descarregados” os pagamentos das comissões ilegais. E na medida em que a dívida seja garantida pelo governo e sua rolagem esteja dentro dos tetos prefixados, os tomadores podem recorrer ao Banco do Brasil para garantir o refinanciamento, não estando, portanto, pressionados a recorrer aos bancos estrangeiros com pagamento de “comissões por fora”.